

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0355–13/05 à 17/05/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[STF abre prazo para Poderes discutirem solução consensual sobre desoneração da folha](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/05/2024

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 60 dias, contados a partir de 25/4, para que o Congresso Nacional e o Executivo busquem uma solução consensual sobre a desoneração da folha de pagamento. Com isso, fica mantida, neste prazo, a possibilidade de substituir a contribuição previdenciária dos empregados por um percentual do faturamento, entre outros pontos.

Depois do período estipulado, o ministro vai reavaliar a questão. Em 25/4, Zanin suspendeu a validade da lei que estendia até 2027 a desoneração na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, ajuizada pelo governo federal.

A nova decisão foi tomada nesta sexta-feira (17), após o Congresso Nacional concordar com a sugestão do Executivo de discutir um novo projeto de lei.

Ao analisar o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), Zanin observou que o Executivo e o Legislativo demonstraram engajamento no diálogo institucional para resolver o impasse envolvendo o benefício. A seu ver, a nova negociação entre os Poderes é medida eficiente para superar ou atenuar o conflito discutido na ação apresentada ao STF. “A busca pela solução dialogada favorece a realização do princípio democrático, permitindo-se que diversos atores participem do processo decisório, com valiosas contribuições à jurisdição constitucional”, assinalou.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Desoneração da folha: STF pede que Congresso se manifeste sobre pedido da AGU para buscar solução consensual entre Poderes](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/05/2024

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou para manifestação do Congresso Nacional, no prazo legal de cinco dias, o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender os efeitos da decisão liminar (urgente e provisória) referente à desoneração da folha de pagamento de municípios e setores produtivos. A AGU quer que a liminar seja suspensa por 60 dias para tentar viabilizar um acordo.

[TST sediará audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2024

O Tribunal Superior do Trabalho sediará, na próxima sexta-feira (24), uma audiência pública da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que tem como tema de fundo a emergência climática e os direitos humanos. A partir da segunda-feira (20), os integrantes do tribunal internacional realizam no Brasil audiências sobre diversos casos.

[Semana Nacional da Conciliação Trabalhista é aberta com acordo que destina recursos ao RS](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2024

Com o slogan “É conciliando que a gente se entende”, a 8ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2024 foi aberta oficialmente, nesta sexta-feira (17), na sede do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região). Na abertura, foi homologado um acordo entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Caixa Econômica Federal que destinará R\$ 571 mil às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

[TST valida geolocalização como prova digital de jornada de bancário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/05/2024

Por maioria de votos, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho cassou liminar que impedia que o Banco Santander S.A. utilizasse prova digital de geolocalização para comprovar jornada de um bancário de Estância Velha (RS). Segundo o colegiado, a prova é adequada, necessária e proporcional e não viola o sigilo telemático e de comunicações garantido na Constituição Federal.

[Condomínio pagará multa por demitir porteiros para instalar portarias virtuais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Condomínio Edifício Cristina, de Campinas (SP), a pagar multa de sete pisos salariais da categoria a um porteiro dispensado após a instalação de centrais terceirizadas de monitoramento, ou “portarias virtuais”. Para o colegiado, é válida a cláusula estabelecida em norma coletiva que previa a sanção.

Notícias do Executivo

[MTE autoriza a suspensão do recolhimento do FGTS para empregadores do Rio Grande do Sul](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/05/2024

Foi publicada nesta quinta-feira (16), no Diário Oficial da União, a Portaria N° 729 que autoriza a suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores situados em municípios do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Atualmente, são 46 municípios beneficiados, listados na Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa medida faz parte de um conjunto de ações do MTE para ajudar os trabalhadores gaúchos.

[Brasil e EUA trocam experiências sobre ações para promover a igualdade salarial entre mulheres e homens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/05/2024

A experiência do Brasil de implantar a Lei nº 14.611, que trata da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens no Ambiente de Trabalho, foi o motivo da visita de hoje (15) da diretora-adjunta principal do Gabinete do Secretário de Estado para Questões Globais da Mulher nos EUA, Katrina Fotovat, que lidera uma equipe de especialistas em promover a igualdade de gênero. O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, recebeu Katrina e sua equipe. A proposta dos EUA é trocar experiências com o Brasil sobre as normas e políticas públicas para promover a igualdade salarial entre mulheres e homens.

[MTE e MPT discutem ações para preservar empregos e renda no Rio Grande do Sul](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 15/05/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o procurador-geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, José de Lima, se reuniram nesta quarta-feira (15) para debaterem sobre a atual situação dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, no intuito de construir uma ação interinstitucional para preservação dos empregos e renda dos gaúchos, com vistas a reduzir o impacto social decorrente da situação climática que o estado está vivenciado.

[MPS participa do Primeiro Congresso de Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho](#)

Ministério da Previdência Social - 14/05/2024

O Ministério da Previdência Social (MPS) participou do Primeiro Congresso de Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho, promovido pela Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS), nos dias 7 e 8 de maio. O evento foi realizado na modalidade híbrida, o que permitiu a participação de servidores tanto do MPS como do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O encontro presencial aconteceu na Cidade do México (México). Na ocasião, também foi realizado o Primeiro Concurso de Artigos Científicos sobre Segurança e Saúde nos Locais de Trabalho. O MPS é membro da CISS, e o ministro Carlos Lupi ocupa uma das Vice-Presidências do organismo internacional.

[Temas sobre Previdência Social, Ministério Público do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho serão abordados em curso](#)

Fundacentro - 14/05/2024

A Temática 4 “Saúde e Segurança no Trabalho, Previdência Social e Ministério Público do Trabalho” do Curso Básico de SST, será realizada nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2024, das 14h às 18h, na modalidade presencial e on-line (Moodle). O curso acontecerá no auditório da Fundacentro, localizado à rua Capote Valente, 710, Pinheiros - São Paulo – SP. Para participar, basta se inscrever pelo link do Google Forms. As inscrições para a participação on-line devem ser realizadas através da plataforma Moodle. Inscrição para assistir à retransmissão em Aracaju, e inscrição para participar em Brasília.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Denúncias de irregularidades trabalhistas relacionadas às enchentes já são 29,5% do total de maio](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2024

Até a última segunda-feira (13/5), as violações trabalhistas relacionadas à calamidade pública no Rio Grande do Sul já motivaram 29,5% do total das denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) em maio. Das 203 denúncias recebidas, 60 são referentes à crise, a maior parte relacionada ao comparecimento obrigatório ou permanência de empregados em áreas inundadas ou sob risco.

[MPT participa de Congresso sobre combate e erradicação do assédio](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2024

A importância do envolvimento de todos, trabalhadores e gestores, no combate e erradicação ao assédio e à discriminação no serviço público foi destacada pelo subprocurador-geral do Trabalho, Francisco Gérson Marques de Lima, na segunda-feira (13.5), durante a abertura do I Congresso Internacional sobre Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação no Serviço Público, promovido pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty).

[GT criado pelo MPT no RS faz recomendações a municípios e empresas no estado](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/05/2024

Criado na semana passada para enfrentamento das questões trabalhistas durante a

emergência climática que atinge o Rio Grande do Sul, o Grupo de Trabalho Regional (GT) já expediu duas recomendações, uma direcionada a municípios e outra a empregadores do estado. O objetivo é o monitoramento e a preservação de direitos durante o período da calamidade.

[MPT destaca importância da negociação coletiva na ampliação dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/05/2024

Dentro da agenda de atividades relacionadas ao Maio Lilás, a subprocuradora-geral do trabalho, Ileana Neiva, proferiu palestra no I Congresso de Direito Sindical, evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte (OAB/RN), na sexta (10/05). Em painel, que também contou com a participação do Superintendente Regional do Trabalho, Cláudio Gabriel, e da Juíza do Trabalho Simone Jalil, Ileana Neiva ressaltou a importância da negociação coletiva para ampliar os direitos salariais de trabalhadoras e trabalhadores e de medidas de saúde e segurança do trabalho, entre elas a redução da jornada de trabalho em atividades insalubres e a proibição da sua prorrogação.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT participa dos lançamentos da Coetrae-PI e do 3ª Plano Estadual de Prevenção ao Trabalho Escravo em Teresina](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/05/2024

A presidente da Delegacia Sindical do SINAIT no Piauí, Paula Mazullo, o conselheiro do Conselho Fiscal Nacional do SINAIT (CFN), Alex Myller, e demais Auditores-Fiscais do Trabalho no estado participaram dos lançamentos da primeira Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas no Piauí (Coetrae-PI) e do 3º Plano Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas no Piauí. Os lançamentos ocorreram, nesta segunda-feira, 13 de maio, no auditório da Secretaria de Estado da Administração do Piauí (Seade), no Centro Administrativo, na capital Teresina. A criação da Coetrae é essencial para o Piauí que era um dos poucos estados da Federação que não tinha comissão instalada.

Notícias do e-Social

[STF suspende por 60 dias os efeitos de sua decisão que reconheceu a inconstitucionalidade da Lei nº 14.784/2023](#)

eSocial - 19/05/2023

Considerando [nota](#) publicada no portal da Receita Federal do Brasil, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou por 60 dias os efeitos da decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, relativa à Lei nº 14.784/2023, que prorroga a desoneração da folha de pagamento de municípios e de diversos setores produtivos até 2027. A Receita Federal reitera que as empresas e municípios beneficiados pelas desonerações podem retificar as declarações (DC-TFWeb/eSocial/EFD-Reinf) relativas ao mês de abril de 2024, prestadas até o dia 15 de maio, para que o recolhimento do tributo com vencimento até o dia 20 de maio seja feito conforme a norma aplicável. As alterações nos cálculos do eSocial foram implantadas em produção em 18/05/2024

Outras Notícias

[Limites da redução salarial pelo empregador](#)

Consultor Jurídico - 19/05/2024

Recentemente, a Eletrobras propôs uma redução de 12,5% nos salários de alguns de seus funcionários, como parte dos ajustes no quadro e nas despesas com pessoal realizados desde a privatização da empresa em 2022. Tal notícia trouxe para o debate os limites da redução salarial dos trabalhadores pelo empregador.

[A responsabilidade do sócio retirante por dívidas trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2024

A questão da responsabilidade do sócio retirante sempre foi um assunto que causou inúmeros debates na Justiça do Trabalho. Isto porque, quando o processo se encontra na fase de execução, a busca de bens em face da pessoa jurídica nem sempre obtém resultados positivos.

[Ausência de punição por faltas ao trabalho não significa perdão tácito](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2024

O fato de o empregador não aplicar penalidades por faltas não justificadas no início do contrato de trabalho não significa que o empregado pode se ausentar quando quiser, nem o perdão tácito. Esse foi o entendimento do juiz Amaury Haruo Mori, da 4ª Vara do Trabalho de Londrina (PR), para cancelar a demissão por justa causa de um auxiliar de pedreiro por excesso de faltas injustificadas.

[Terceirização da atividade-fim e subordinação compartilhada](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2024

Para quem não sabe, só em 2017 tivemos uma regulamentação geral no Brasil sobre o fenômeno da terceirização. Antes, aplicávamos o entendimento construído na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, embasada na ideia da impossibilidade de terceirização da atividade-fim. A lógica jurisprudencial trazia algumas consequências interessantes, como a percepção da pureza dos elementos da relação de emprego apenas e tão somente entre o trabalhador terceirizado e a prestadora de serviços, não permitindo nenhum traço de pessoalidade ou subordinação diretas em relação ao tomador, a empresa contratante

[TST homologa acordo extrajudicial com quitação geral de contrato](#)

Migalhas - 16/05/2024

A 4ª turma do TST decidiu pela homologação de um acordo extrajudicial entre o banco Votorantim e uma ex-empregada, com quitação geral do contrato de trabalho. O caso chegou à Corte Superior após decisões anteriores que homologaram apenas parcialmente o acordo, restrito às verbas discriminadas na petição inicial.

[TRT-3: Trabalhadora será indenizada após sofrer restrição ao uso de banheiro](#)

Migalhas - 16/05/2024

A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil a uma profissional que alegou restrição ao uso dos banheiros durante o horário de trabalho. De acordo com a profissional, ela recebia “reprimendas públicas do supervisor quando ia ao banheiro mais de duas ou três vezes por dia”.

[TST: Ação anulatória é válida para desconstituir acordo extrajudicial](#)

Migalhas - 14/05/2024

Em decisão unânime, a 4ª turma do TST, confirmou que a ação anulatória é via processual cabível para desconstituir acordos extrajudiciais homologados judicialmente, diferenciando-os dos termos de conciliação. O colegiado esclareceu que a súmula

259 do TST, que estabelece a ação rescisória como método de impugnação de termos de conciliação, não se aplica a acordos extrajudiciais.

[Mãe recupera dias não abonados para cuidar de bebê intolerante à lactose](#)

Migalhas - 13/05/2024

Juíza do Trabalho Carolina Lobato Goes de Araújo Barro, da 1ª Vara do Trabalho de Formiga/MG, condenou um restaurante a restituir a balconista dias não abonados por faltas justificadas para cuidar de bebê com intolerância à lactose.

[Comissão aprova proposta que incentiva presença de mulheres na construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/05/2024

Empresas do setor que participam de licitações deverão reservar de 5% a 10% dos cargos para mulheres; projeto segue em análise na Câmara. A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou projeto que incentiva a participação feminina na construção. O texto prevê qualificação profissional e reserva de vagas (de 5% a 10% dos cargos operacionais e gerenciais) para mulheres em empresas do setor que participam de licitações.

Atos Normativos

[CIRCULAR Nº 1.055, DE 10 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 13/05/2024 Seção I Pág. 144) - Publica a versão 23 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada do FGTS, que disciplina a movimentação das contas vinculadas do FGTS para os trabalhadores, diretores não empregados e dependentes.

[PORTARIA MTE Nº 717, DE 14 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 15/05/2024 Seção I Pág. 107) - Prorroga o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 11.513, de 1º de maio de 2023, por 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir de 28 de setembro de 2023;

[PORTARIA MTE Nº 729, DE 15 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 15/05/2024 Seção I Extra Pág. 04) - Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para os empregadores situados em municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 1.003, DE 13 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 15/05/2024 Seção I Extra Pág. 04) - Autoriza o Ministro do Trabalho e Emprego a conceder ampliação do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores com domicílio em municípios do território do Estado do Rio Grande do Sul, declarados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em situação de calamidade pública e reconhecidos pelo Governo Federal;

[DECRETO Nº 12.019, DE 15 DE MAIO DE 2024](#) (DOU 16/05/2024 Seção I Pág. 01) - Altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, para dispor sobre a dispensa da documentação comprobatória para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na hipótese de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 12, DE 9 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 16/05/2024 Seção I Pág. 52) - Altera a Portaria Conjunta MPS/INSS nº 9, de 19 de março de 2024, que institui o Comitê Técnico Contínuo de Acompanhamento da Perícia Conectada;

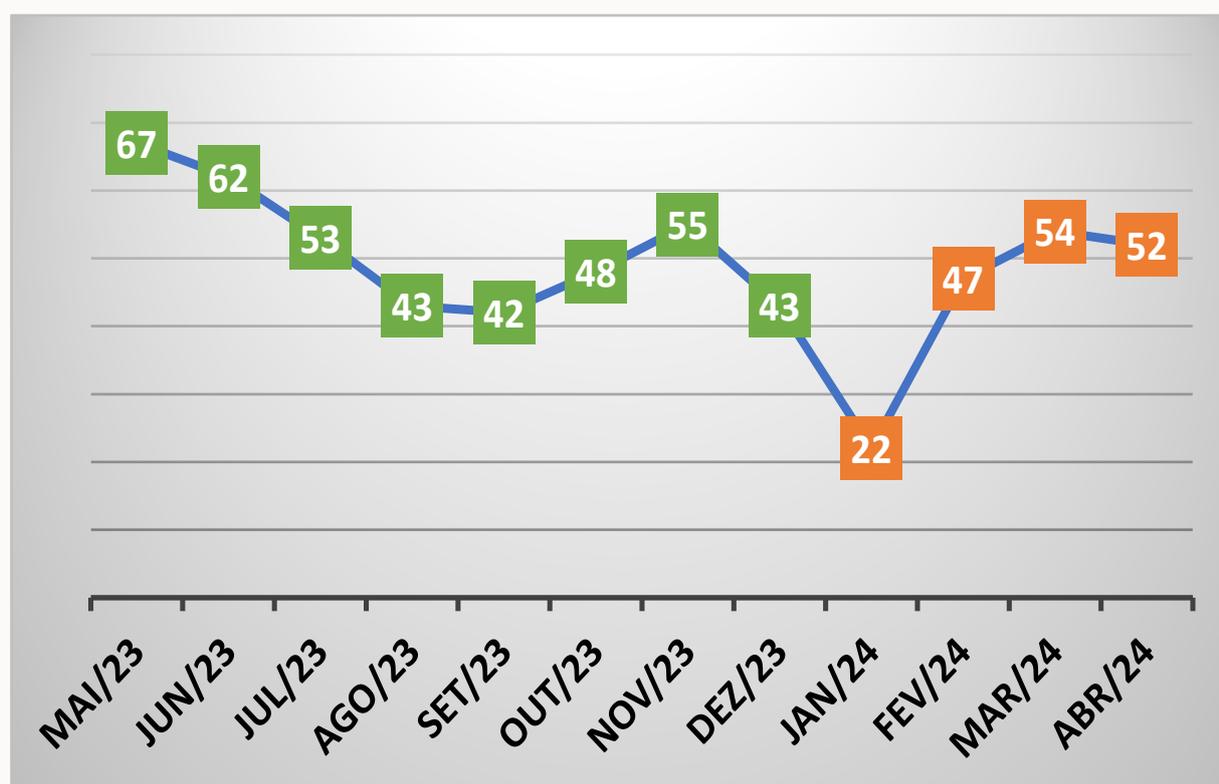
[PORTARIA MTE Nº 733, DE 15 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 16/05/2024 Seção I Pág. 74) - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem referente à modalidade Projovem Trabalhador, voltado ao objetivo de preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho;

[PORTARIA SEMP/MTE Nº 738, DE 16 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 17/05/2024 Seção I Pág. 153) - Aprova termo de referência da submodalidade consórcio social da juventude, da modalidade Projovem Trabalhador, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, e dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 07 (NR 07) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula